

Prefácio

A presente edição especial da Revista do Ministério Público Militar celebra o septuagésimo quinto aniversário das Convenções de Genebra, marco histórico do Direito Internacional Humanitário. O impacto das Convenções de Genebra no mundo transcende o campo jurídico e permeia as relações internacionais e os princípios que regem (ou deveriam reger) a condução dos conflitos armados, instituindo preceitos universais voltados à preservação da dignidade humana em meio às atrocidades bélicas.

Promulgadas em 1949, em um contexto de reconstrução mundial após a Segunda Guerra Mundial, as Convenções de Genebra elevaram a normatização da conduta a ser adotada nos conflitos armados a um patamar sem precedentes, ao instituírem regras voltadas à proteção de pessoas, do patrimônio natural e histórico que se encontram em local onde se desenvolvem as hostilidades.

Porém, ao completarem sete décadas e meia de vigência, impõe-se uma profunda reflexão acerca da permanência e da mutabilidade das Convenções de Genebra, sua relevância e eficácia diante das novas e intrincadas formas de violência armada do século XXI. Ao longo da História, as Convenções de Genebra vêm resistindo às adversidades impostas pelos conflitos contemporâneos. Todavia, a aplicabilidade efetiva de seus dispositivos demanda um esforço contínuo dos Estados signatários e dos organismos internacionais incumbidos de zelar por sua observância.

Neste aspecto, o cenário internacional tem demonstrado uma inércia preocupante, marcada por interesses geopolíticos e econômicos que vêm se sobrepondo aos deveres humanitários. A falta de ação decisiva dos Estados e dos organismos internacionais deixa como consequência uma lacuna na aplicação do Direito Humanitário. Os conflitos armados atuais, caracterizados por sua complexidade e prolongamento, têm resultado em populações civis desprotegidas e que sofrem as consequências diretas dos horrores das guerras. A falta de interesse na busca pela paz revela a distância entre o ideal

normativo registrado nas Convenções de Genebra e a vontade concreta da sua implementação.

Nesta edição, são apresentados oito artigos que se debruçam, com rigor analítico, sobre os diferentes aspectos relativos à evolução normativa das Convenções, sua interação com outras esferas do Direito Internacional e aos desafios que o Direito Humanitário enfrenta na conjuntura dos atuais conflitos armados. As reflexões elaboradas pelos autores são de particular importância para o Ministério Público Militar, ramo sobre o qual recaem as atribuições de fiscalização da observância dos preceitos do Direito Internacional Humanitário no âmbito das Forças Armadas.

Não se trata, portanto, apenas de uma celebração histórica. A presente edição constitui, acima de tudo, um convite à reflexão, ao pensamento crítico e aprofundado das Convenções de Genebra, sob a ótica do aprimoramento da atuação dos operadores do Direito, em face das atuais demandas por maior eficácia e respeito ao Direito Humanitário.

Que esta coletânea de artigos contribua para a perpetuação dos ideais que nortearam a criação das Convenções de Genebra, reafirmando o compromisso do Ministério Público Militar com os Direitos Humanos e Direito Humanitário, e com a promoção da justiça, valores imprescindíveis à sociedade, seja em tempos de paz quanto em tempos de guerra.

HELENA MERCÊS CLARET DA MOTA

Procuradora de Justiça Militar em São Paulo
Secretária de Direitos Humanos, Direito Humanitário e
Relações Internacionais